

## (IN)SEGURANÇA PÚBLICA: CONEXÕES POLÍTICAS

# Milicianos lançam familiares na política para manter influência em áreas do Rio

*Filha de Jerominho, chefe da 'Liga da Justiça' assassinado em 2022, é apontada como potencial candidata este ano*

RAYANDERSON GUERRA  
RIO

Em um Estado com um quarto do território dominado pelas milícias, o poder de grupos paramilitares no Rio se infiltrou na política. Os grupos criminosos – formados, inicialmente, por ex-agentes das forças de segurança – ganharam escala com o apoio de parte da população sob a veste de “mal menor”. A expectativa pela proteção renegada pelo Estado, no entanto, se mostrou terreno fértil para a arbitrariedade, a coação e a violência. A dominação dos bairros rendeu frutos eleitorais. Nomes ligados a líderes de milícias foram eleitos e construíram dinastias políticas que perduram até hoje.

As milícias deram poder a clãs políticos em seus respectivos redutos e converteram influência sob força em votos. O ex-vereador do Rio Jerônimo Guimarães Filho, o Jerônimo, foi condenado por chefiar a "Liga da Justiça", uma facção com domínio na zona oeste do Rio. De líder miliciano a parlamentar, Jerônimo foi policial civil durante a década de 1970. Morreu assassinado a tiros em agosto de 2022.

Três nomes ligados a Jerominho buscam manter a influência do clã na Baixada Fluminense e na capital do Estado. Carmiliana Jerominho, filha do miliciano, foi eleita vereadora em 2008. Um feito para o grupo que conseguiu eleger a herdeira de Jerominho mesmo presa em uma penitenciária federal de segurança máxima, acusada de coagir eleitores.

Um ano após ser eleita, Carminha foi cassada, mas voltou ao cargo em 2011 por decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Desde então, a herdeira do clã tenta voltar à cena política. Foi candidata em 2012 e 2020, mas não se elegeu. Este ano, seu nome é especulado para disputar novamente. Outros dois nomes próximos a Jerominho também tentaram se eleger em 2022 e fracassaram: Jamir Júnior, candidato a deputado estadual, e Sérgio Porto, o Coronel Porto, a deputado federal. Carminha, Jamir e Coronel Porto não responderam aos contatos do **Estado**.

Para o professor do Departamento de Estudos:



**Bairro de Santa Cruz, na zona oeste do Rio; deputada estadual é investigada por suspeita de ligação com milicianos que atuam na região**

mento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) Lenin Pires, os milicianos buscam na política tradicional recursos para manter o controle da territorialidade. “Os grupos de extermínio no Rio de Janeiro sempre tiveram uma vinculação com a política. Sempre foi parte estratégica de grupos políticos para se estabelecer, para entrar em uma localidade, para estabelecer certa noção de ordem.”

**LIGA DA JUSTIÇA.** O elo com a milícia atinge também o irmão de Jerominho, Natalino Guimarães, outro ex-policial e ex-político carioca. Os dois foram citados na CPI das Milícias, em 2008, e, posteriormente, foram condenados por chefiar a Liga da Justiça.

O histórico familiar é semelhante: ex-policiais civis que alçaram voo políticos sob a hostes da milícia e ficaram uma década atrás das grades. Natalino foi cantor gospel antes de se eleger deputado estadual, em 2006. A filha de Natalino, Jéssica Guimarães, também tentou entrar na política. Em 2016, foi candidata a vice de Suêd Haidar (PMB) na disputa pela prefeitura do Rio. A chapa não foi eleita.

O professor Ignácio Cano, coordenador do Laboratório de Análises da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/UERJ), destacou que as milícias buscam o poder na política por duas vias: a eleição direta de pessoas vinculadas a elas, como líderes dos grupos e fami-

***“Os chefes acabaram visados, processados e condenados, e a milícia aprendeu que não era um bom negócio você se candidatar”***

**Ignacio Cano**  
Coordenador do Laboratório  
de Análises da Violência da  
Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro

liares, e por meio de pessoas que utilizam a máquina criminosa em bairros da cidade para aumentar o acesso a eleitores em troca de futuras benesses.

“Tanto pode ser elas (*múltiplas*) que vão definir as candidaturas que melhor representam os seus interesses, como também há políticos que vão recorrer a elas em função do reconhecimento das mesmas e por estarem dotadas de uma certa capilaridade e com uma capacidade de exercer o constrangimento que pode resultar em votos”, disse o professor.

**NOME DO PAI.** Outra figura conhecida da política e das autoridades cariocas, Luiz André Ferreira da Silva, o Deco, é ex-veador (PR-RJ). Ele foi eleito para a Câmara Municipal em 2008 e ficou preso entre 2011 e 2012. Acusado de homicídio, formação de quadrilha e extorsão, acabou condenado pela

Justiça do Rio a dez anos de prisão, em regime fechado, por integrar milícia que atuava nos bairros da Praça Seca, Campinho, Tanque e Quintino, nas zonas norte e oeste da cidade. Após deixar a prisão, passou a fazer campanha pelo filho, Daniel Carvalho (PTC), em 2020, para dar continuidade à trajetória do clã na política. Carvalho não foi eleito.

Na última eleição, o filho de Deco usou o nome do pai para atrair votos: Daniel Carvalho Deco. Mesmo após a derrota, o grupo planeja voltar à cena política em 2024 em mais uma candidatura à Câmara Municipal. O **Estadão** não conseguiu localizar Daniel Carvalho.

Opéril de candidatos apoia-  
dos pelas milícias mudou ao  
longo dos anos, segundo o pro-  
fessor Ignacio Cano. “As mil-  
cias que foram mais persegui-  
das foram justamente aquelas  
que tinham mais visibilidade  
política. A Liga da Justiça, Jero-  
minho... Essas pessoas que ti-  
nham se candidatado e sido  
eleitas, que juntaram controle  
violento da milícia com o con-  
trole do patrimonialismo brasi-  
leiro, de levar recursos públi-  
cos para área dominada.”

“Eles acharam que, ao se candidatar, estariam protegidos, com imunidade parlamentar, mais proteção. O que aconteceu foi o contrário. Os candidatos eleitos eram os milicianos mais conhecidos, os chefes da milícia. Os chefes acabaram visados, processados e condenados, e a milícia aprendeu que não era um bom negócio você se candidatar”, afirmou Cano.

**'MADRINHA'.** Considerado o líder miliciano “mais procurado” do Estado do Rio, Luiz Antonio da Silva Braga, o Zinho, viu sua estrutura de poder paralelo ruir em dezembro do ano passado. Foragido desde 2018, ele se entregou à PF na véspera de Natal e foi encaminhado à Penitenciária de Bangue 1, de segurança máxima.

A prisão de Zinho expôs a influência do miliciano no Estado do Rio. Em 18 de dezembro, a deputada estadual Lúcia Helena Pinto de Barros, a Lucinha (PSD), foi afastada do cargo sob suspeita de envolvimento com a milícia. Ela foi alvo da Operação Batismo, deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público do Rio.

A investigação apontou que a deputada e uma assessora se encontraram ao menos 15 vezes com integrantes da milícia que atua na região de Campo Grande, Paciência e Santa Cruz, na zona oeste da capital fluminense. Há indícios de que a “madrinha”, como Lucinha foi identificada, atuou para soltar milicianos presos em operação do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões.

Lucinha retornou ao cargo na semana passada. Em discurso na Assembleia Legislativa, afirmou não ter sido ouvida no processo. "Estou aguardando o acesso integral às investigações", disse. Nas redes sociais, negou envolvimento com organizações criminosas. "Nunca fui braço de milícia." O Estadão tentou contato com a deputada, sem sucesso. A defesa de Zinho não se manifestou. ●